



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Beatriz, moradora do Rio de Janeiro/RJ, foi admitida no concurso da polícia federal em 30/11/2004 e sempre exerceu fielmente suas funções, sendo assídua e comprometida com as atribuições do cargo.

Seis meses atrás, Beatriz começou a notar descontos em sua folha de pagamento constando várias faltas injustificadas. No dia 25/11/2023, recebeu um e-mail com aviso de possível interposição de processo administrativo devido ao número de faltas.

Essa informação acabou se espelhando pelo setor onde Beatriz trabalha, gerando fofocas e constrangimento, pois as informações são de que esses descontos estão sendo aplicados propositalmente por uma servidora que cuida dos pontos, pois como seu serviço é destaque, acabou chamando atenção dos colegas.

Ocorre que a mesma nunca faltou ao trabalho e inclusive assinou documentos nas datas que constam faltas em sua folha de pagamento e tendo testemunhas que podem afirmar sua presença nas referidas datas.

Já tendo buscado a via administrativa sem êxito, inconformada com a situação, Beatriz deseja ser ressarcida pelos prejuízos que os descontos causaram, vez que além dos dias, teve desconto em outros benefícios.

Com os descontos, sua renda caiu muito, não sendo capaz de suportar as despesas de sua família e pela situação estar causando grandes abalos psíquicos e emocionais, Beatriz procura você, na condição de advogado, buscando uma alternativa para ser indenizada pelos descontos ilegais.

Mediante o exposto, redija a peça cabível para a defesa do direito de Beatriz. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Eduardo, presidente de uma Autarquia Federal, constatou grande número de faltas da servidora Vitória. Diante do fato, instaurou de ofício um processo administrativo.

Carlos, servidor público da mesma Autarquia Federal, está litigando em ação indenizatória contra o cônjuge de Vitória, em razão de acidente de veículos e foi designado para atuar como julgador no processo administrativo que corre contra a servidora.

Diante dos fatos responda:

A) É obrigatória a intimação da servidora sobre a interposição do processo administrativo? [0,60]

B) A participação de Carlos, como julgador do processo administrativo disciplinar, é legítima? [0,65]

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Secretário da cultura vinculado a prefeitura do Município X, está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa. A acusação fundamenta que o servidor foi responsável pela realização de contratação pública que não seguiu os ritos legais no procedimento licitatório.

Em seu processo, consta a informação de produtos com valores extremamente superiores ao normal, sendo imprescindível a licitação para tal ofendendo ao princípio da moralidade administrativa.

Diante de tais argumentos, o secretário procura você, manifestando que não teve dolo em sua conduta e que acreditava não ser necessário o procedimento de licitação.

Com as informações, responda:

A) No caso em tela, a conduta do Secretário configura ato de improbidade Administrativa? (Valor: 0,60)

B) O fornecedor Jonas que vendeu o produto por valor superior ao do mercado, em caso de improbidade, poderia responder conjuntamente com o secretário? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Leonardo há 20 anos utiliza um terreno de propriedade do Município X para cultivo de flores que vendia para decoração em eventos de formaturas, aniversários e casamentos. Para facilitar seu trabalho, pagou máquinas para nivelar todo terreno e construiu um muro para evitar que a água da chuva adentrasse no terreno.

Quinze dias atrás o prefeito noticiou que ocuparia o terreno para construção de um edifício onde funcionarão todas as secretarias do município.

Entristecido com a notícia, com receio de perder sua única renda que propicia o sustento de toda sua humilde família, Leonardo procura você questionando:

- A) Comprovando a utilização do terreno por 20 anos sem que o município manifestasse qualquer interesse, caberia à Leonardo a usucapião do terreno? (0,65)
- B) Cabe a Leonardo indenização pelas benfeitorias do terreno? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Camila estudante do último semestre da faculdade de direito e portadora de visão monocular, se inscreveu para fazer um concurso público. Na sua inscrição colocou como concorrente às vagas reservadas aos deficientes. No dia da prova, Camila que fez sua preparação pelo Estratégia concursos, teve uma excelente pontuação e classificou-se em 1º lugar.

Ao ser chamada para a segunda fase, Camila foi notificada de sua desclassificação, pois visão monocular não se enquadra nas vagas reservadas aos deficientes e que havia a necessidade de já ter concluído o curso superior até a data da primeira prova do concurso, o que não era o caso de Camila que ainda estava cursando direito, e por isso não poderia prosseguir com a classificação.

- a) Portador de visão monocular tem direito às vagas reservadas aos deficientes? (0,65)
- b) Foi correta a ação de exigir diploma antes da posse da candidata? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NOTA E MENSAGEM AO ALUNO

Simulado	Nota
Peça	
Questão 01	
Questão 02	
Questão 03	
Questão 04	
Total	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revise os tópicos que deixou de pontuar para não mais esquecer.

Estamos muito confiantes da sua aprovação!!

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Continue praticando e revisando.

Igor Maciel e Felipe Duque